

# Ministério Público

## São Paulo

### Concurso 81

## Prova Preambular (1º Fase)

### DIREITO PENAL

01. A expressão "abolitio criminis" significa

- (A) deixar o juiz de aplicar a pena quando as conseqüências da infração atingirem o agente de forma tão grave que a sanção se torne desnecessária.
- (B) a possibilidade de absolvição do agente quando a norma tipificadora da infração penal caiu em desuso.
- (C) revogação de norma que tipifica uma conduta como infração penal; ela não alcança os efeitos civis da condenação transitada em julgado.
- (D) abolição da pena dos criminosos, mediante decreto do Presidente da República, normalmente editado no Natal.
- (E) o mesmo que abolicionismo penal: corrente doutrinária que propugna forma de descriminalização.

02. A lei penal temporária

- (A) é inaplicável a fatos ocorridos em sua vigência se a lei posterior, de caráter permanente, for mais benigna.
- (B) é inaplicável a fatos ocorridos em sua vigência quando a lei posterior, também temporária, for mais benigna.
- (C) apenas pode vigorar durante o estado de emergência.
- (D) sempre se aplica a fatos ocorridos na sua vigência.
- (E) sempre se aplica a fatos ocorridos na sua vigência desde que nesse mesmo período sejam julgados definitivamente.

03. Assinale a alternativa correta.

- (A) O estrangeiro pode ser extraditado, ainda que o fato tenha sido alcançado pela prescrição, segundo a lei brasileira.
- (B) A lei brasileira é inaplicável a estrangeiro que cometer crime fora do Brasil.
- (C) Não há culpabilidade quando o agente não possui sequer a potencial consciência da

ilicitude do fato típico praticado.

(D) Um mês de prisão sempre corresponde a 30 dias de prisão.

(E) A sentença condenatória estrangeira não pode servir de base à reincidência.

04. Responde pelo resultado lesivo final o agente

(A) sempre que sua conduta típica o produziu.

(B) cuja conduta típica e antijurídica, para produzi-lo, se conjuga a uma concausa preexistente da qual tinha ciência e cujos efeitos aceitou.

(C) cuja conduta típica e antijurídica, para produzi-lo, se conjuga a uma concausa superveniente relativamente independente.

(D) produtor da concausa superveniente relativamente independente, mesmo que sem culpa ou dolo.

(E) produtor da concausa superveniente relativamente independente, agindo com culpa ou dolo, que assim afasta a responsabilidade do autor da conduta inicial por quaisquer fatos praticados.

05. Em relação aos fatos que podem, em tese, configurar os chamados crimes agravados pelo resultado,

(A) por ele só responde o agente que o tiver causado com dolo, direto ou eventual.

(B) por ele responde quem objetivamente lhe tenha dado causa, ainda que sem dolo ou culpa.

(C) o agente que dolosamente o produziu responde, na verdade, por crime autônomo, se existente e que corresponda a tal resultado.

(D) o agente é apenado segundo as regras do crime continuado, considerado o fato conseqüente como continuação do antecedente.

(E) responde o partícipe, mesmo que tal resultado não lhe fosse nem sequer previsível, porque o crime é uma unidade lógica e a responsabilidade de todos deve ser igual.

06. A maioria penal começa

(A) à zero hora do dia em que a pessoa completa dezoito anos de idade.

(B) à hora correspondente à de seu nascimento, no dia do décimo-oitavo aniversário.

(C) à meia-noite do dia do décimo-oitavo aniversário.

(D) ao meio-dia do dia primeiro de março, se a pessoa completaria dezoito anos no dia vinte e nove de fevereiro e o ano não for bissexto.

(E) ao meio-dia do dia do décimo-oitavo aniversário, na hipótese de ser desconhecida a hora exata do nascimento.

07. A pena de morte, no direito brasileiro,

(A) é admitida para agentes de crimes hediondos de que resulte morte.

(B) é admitida para agentes de crimes de tortura (Lei no 9455/97), desde que reincidentes em fatos da mesma natureza.

(C) não é admitida.

(D) é admitida para agentes de determinados crimes militares, em tempo de guerra declarada.

(E) pode ser aplicada a condenados em estágio terminal de moléstia grave e incurável, desde que com isso concordem, já que, em relação a seu autor, o suicídio é penalmente atípico.

08. O casamento da ofendida com terceiro, em relação aos crimes contra a honra,  
(A) não constitui causa extintiva de punibilidade.  
(B) importa necessariamente em renúncia do direito de queixa.  
(C) extingue a punibilidade, desde que a vítima não requeira o prosseguimento da ação ou do inquérito.  
(D) extingue a punibilidade, sempre que o fato não for elemento constitutivo de infração mais grave.  
(E) extingue a punibilidade, desde que cometido o delito sem violência real ou grave ameaça e se a vítima não requerer o prosseguimento da ação ou do inquérito.

09. A faculdade presidencial de conceder indulto  
(A) só pode ser limitada pelo conteúdo de dispositivos constitucionais.  
(B) pode ser limitada por dispositivos contidos nas normas constitucionais, bem como na legislação ordinária.  
(C) é ato político e, como tal, não pode sofrer qualquer limitação de ordem normativa.  
(D) abrange a possibilidade de reduzir penas, resultantes de condenações já transitadas em julgado, por qualquer crime ou contravenção.  
(E) abrange a possibilidade de reduzir penas somente quando a condenação não houver transitado em julgado.

10. A chamada prescrição retroativa regula-se pela pena aplicada e se verifica nos prazos fixados em lei  
(A) que são aumentados de um terço se o condenado for reincidente.  
(B) quando houver decisão condenatória transitada em julgado para a Acusação, desde que pendente apelação da Defesa.  
(C) ainda que pendente recurso da Acusação objetivando o aumento da pena privativa de liberdade.  
(D) que não sofrem qualquer acréscimo, seja o condenado primário ou reincidente.  
(E) que não sofrem redução ou acréscimo, independentemente da condição pessoal do condenado.

11. Assinale a alternativa incorreta.  
(A) O "sursis" é incompatível com a condenação por crime hediondo, mesmo tentado.  
(B) O Direito Penal não é um fim em si mesmo, existindo como fator de bem-estar entre os homens. Assim é que porventura considera relevantes circunstâncias não expressamente previstas na norma, que atenuem o desvalor da conduta incriminada. Tal possibilidade materializa-se, por exemplo, no julgamento pelo júri, face à desnecessidade de fundamentação das decisões.  
(C) A morte de um dos autores do roubo, em virtude de legítima defesa exercida pela vítima, não configura latrocínio, nem mesmo para os demais agentes do crime patrimonial.  
(D) O homicídio cometido por vingança pode ser considerado qualificado pelo motivo torpe.  
(E) Furto de uso é a subtração cometida sem a intenção de inverter a propriedade da coisa, que deve ser restituída nas mesmas condições em que se achava.

12. Quem, mentalmente são, pratica fato típico e antijurídico em estado de inconsciência, porque culposa ou voluntariamente sob influência do álcool,  
(A) pode ser submetido a pena ou a medida de segurança, esta pelo prazo mínimo de um a três anos.  
(B) pode ter a pena reduzida de um a dois terços.  
(C) deve ter a pena reduzida de um a dois terços.  
(D) deve ser submetido exclusivamente a medida de segurança.  
(E) é apenado normalmente, por força da adoção da teoria da "actio libera in causa".

13. Na hipótese de legítima defesa,  
(A) é possível seu reconhecimento em favor de quem atua contra excesso de outra legítima defesa, praticado pelo oponente.  
(B) é exigível que a pessoa que se defende tenha antes procurado evitar a situação de confronto.  
(C) é necessária a consciência da injustiça da agressão por parte do agressor.  
(D) a sua modalidade chamada putativa constitui excludente de ilicitude.  
(E) quando resultar a morte do agressor, o excesso doloso que eventualmente lhe deu causa implica automaticamente na configuração do homicídio privilegiado.

14. Em tema de concurso de pessoas,  
(A) comunicam-se as circunstâncias objetivas ainda que o partícipe delas não tivesse conhecimento.  
(B) responde pelo resultado quem, sem o dever de impedi-lo, mas podendo fazê-lo, se omitiu, assentindo com sua produção.  
(C) no caso do infanticídio, a elementar estado puerperal jamais se comunica ao partícipe homem, que será condenado, se for o caso, por crime de homicídio.  
(D) uma vez provado ausente o vínculo subjetivo entre os agentes, havendo incerteza quanto a quem imputar o resultado lesivo, devem todos ser absolvidos se um deles utilizou meio absolutamente impróprio para produzi-lo.  
(E) é necessário que o executor material da infração tivesse conhecimento da atuação dos demais, que agiram com o propósito de auxiliá-lo a viabilizar o resultado lesivo.

15. Dentre os enunciados abaixo, aponte o que reúne as medidas que melhor atendem ao princípio da individualização da pena.  
(A) Incomunicabilidade das circunstâncias subjetivas e ultratividade da lei penal temporária.  
(B) Fixação da pena de multa proporcionalmente ao prejuízo da vítima e graça.  
(C) Perda dos instrumentos do crime e fixação da multa em atenção à situação econômica do réu.  
(D) Possibilidade de imposição de penas à pessoa jurídica por crimes ambientais e anistia geral.  
(E) Progressão de regime prisional segundo o mérito do sentenciado e dosagem da pena-base em atenção aos antecedentes e à personalidade do agente.

16. Assinale a alternativa correta.  
(A) Diante da circunstância atenuante da menoridade, pode o juiz excepcionalmente fixar ao condenado pena privativa de liberdade inferior ao mínimo legal.  
(B) Detração significa a possibilidade de atenuação da pena para o agente de tráfico de entorpecente que denunciar à autoridade os demais autores da infração.  
(C) A progressão de regime prisional para condenados por crimes de tortura, implicitamente permitida pela Lei no 9455/97, se estende, por força da retroatividade da lei

penal mais benigna, aos autores de crimes hediondos (Lei no 8072/90).

(D) Considera-se qualificado o crime de receptação se o agente é dono de um desmanche de veículos e o comete no exercício dessa atividade, praticada nas dependências de sua casa.

(E) Liberação condicional e livramento condicional têm o mesmo significado; é providência tomada quando se verifica a cessação de periculosidade do inimputável submetido a medida de segurança.

17. As penas restritivas de direito podem substituir as privativas de liberdade e, relativamente a condenados por crime de tráfico de entorpecente,

(A) são, em tese, aplicáveis quando a pena for igual ou inferior a quatro anos, porque não se trata de infração cometida com violência ou grave ameaça.

(B) não são aplicáveis porque o crime é equiparado aos hediondos, sua pena deve ser cumprida integralmente em regime fechado e porque a Lei de Tóxicos, por ser especial, não se submete, nesse aspecto, aos ditames do Código Penal.

(C) são, em tese, aplicáveis, independentemente do tempo em que tenha o crime sido cometido, porque a norma penal retroage em benefício do réu, mesmo condenado definitivamente.

(D) são inaplicáveis porque o crime é equiparado aos hediondos, sua pena deve ser cumprida integralmente em regime fechado e ainda porque o réu pode ser beneficiado com decreto de graça.

(E) são, em tese, aplicáveis quando cometido o crime após a vigência da Lei no 9714/98 (que ampliou a abrangência das chamadas penas alternativas).

18. Aponte a alternativa incorreta.

(A) O crime de furto, praticado em dependência de escritório de advocacia, fechado ao público, absorve o de violação de domicílio por força da absorção da norma menos abrangente pela mais abrangente (princípio da consunção).

(B) As penas cominadas à pessoa jurídica pela prática de crimes lesivos ao meio ambiente são: multa, restrição de direitos e prestação de serviços à comunidade.

(C) O crime de homicídio absorve o de lesões corporais em razão do princípio da subsidiariedade (a norma primária envolve por inteiro a norma secundária).

(D) Mesmo tendo sido constatado na seqüência de um flagrante preparado, subsiste o crime de tráfico de entorpecente se cometido sob a forma de ter em depósito, porque, nesse caso, o delito tem natureza permanente.

(E) A falta de Permissão para Dirigir ou de Carteira de Habilitação torna-se fato penalmente irrelevante quando o agente, nessas condições, pratica crime de homicídio culposo, no trânsito.

19. Bruno, previamente ajustado com Eduardo, subtrai dinheiro de entidade paraestatal, valendo-se da facilidade que lhe proporciona o cargo que nela exerce, circunstância entretanto desconhecida de Eduardo. Mais tarde, em local seguro, dividem o produto do crime, quando são surpreendidos pela Polícia e presos em flagrante, sendo apreendido todo o dinheiro subtraído, enfim devolvido à vítima. Entende-se que

(A) Bruno e Eduardo cometeram peculato consumado.

(B) Bruno cometeu peculato e Eduardo cometeu furto, consumados.

(C) Bruno e Eduardo cometeram furto tentado.

(D) Bruno e Eduardo cometeram furto consumado.

(E) Bruno cometeu apropriação indébita e Eduardo cometeu furto.

20. Aponte o enunciado falso.

- (A) O reconhecimento de concurso material entre os crimes de quadrilha armada e roubo agravado pelo emprego de arma, praticado pelos quadrilheiros, viola o princípio "ne bis in idem".
- (B) Omitir declaração sobre bens ou fatos para eximir-se de pagamento de imposto constitui crime contra a ordem tributária; extingue-se, entretanto, a punibilidade do agente que promover o pagamento do respectivo tributo e seus acessórios antes do recebimento da denúncia.
- (C) O princípio da presunção de inocência tutela o direito das pessoas de não serem apresentadas publicamente como criminosas, antes de condenação transitada em julgado.
- (D) Comete, em tese, abuso de autoridade, o diretor de cadeia pública que impede Promotor de Justiça, no âmbito de suas atribuições funcionais, de visitá-la.
- (E) É inadmissível a substituição da pena privativa de liberdade por multa, quando há cominação cumulativa de ambas na Lei de Tóxicos.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

21. Instaurado o incidente de falsidade de documento, o juiz assinará a cada uma das partes, para prova de suas alegações, o prazo de

- (A) 02 (dois) dias.
- (B) 08 (oito) dias.
- (C) 05 (cinco) dias.
- (D) 03 (três) dias.
- (E) 10 (dez) dias.

22. Com relação ao despacho judicial que admite, ou não, o assistente do Ministério Público, pode-se afirmar que

- (A) cabe recurso de ofício.
- (B) cabe recurso em sentido estrito.
- (C) não cabe recurso, mas do indeferimento é possível a interposição de correição parcial.
- (D) cabe agravo de instrumento.
- (E) não cabe recurso, mas do indeferimento é possível a interposição de mandado de segurança.

23. Para a fixação do valor da fiança, se assim o recomendar a situação econômica do réu, o juiz poderá

- (A) reduzi-lo até o máximo de dois terços (2/3) e aumentá-lo até metade.
- (B) reduzi-lo até o máximo de um terço (1/3) e aumentá-lo até metade.
- (C) reduzi-lo até o máximo de dois terços (2/3) e aumentá-lo até o décuplo.
- (D) reduzi-lo até o máximo de um terço (1/3) e aumentá-lo até o décuplo.
- (E) reduzi-lo até o máximo de metade (1/2) e aumentá-lo até o décuplo.

24. Assinale a alternativa que não contenha atribuições cometidas ao Presidente do Tribunal do Júri.

- (A) Requisitar o auxílio da força pública, sob sua exclusiva autoridade.
- (B) Decidir, de ofício, ouvidos o Ministério Público e a Defesa, ou a requerimento de qualquer das partes, a preliminar de alegação de inimputabilidade do réu.
- (C) Mandar retirar da sala o réu que, com injúrias ou ameaças, dificultar o livre curso do

juízo.

- (D) Interromper a sessão, por tempo razoável, para repouso ou refeição dos jurados.
- (E) Decidir, de ofício, ouvidos o Ministério Público e a Defesa, ou a requerimento de qualquer das partes, a preliminar de alegação de extinção da punibilidade.

25. O indulto individual poderá ser provocado

- (A) pelo juiz, de ofício, por petição do condenado, por iniciativa do Ministério Público, do Conselho Penitenciário ou da autoridade administrativa.
- (B) por petição do condenado, por iniciativa do Ministério Público, do Conselho Penitenciário ou da autoridade administrativa.
- (C) pelo juiz, de ofício, por petição do condenado, por iniciativa do Conselho Penitenciário ou da autoridade administrativa.
- (D) por petição do condenado, por iniciativa do Ministério Público ou da autoridade administrativa.
- (E) pelo juiz, de ofício, por petição do condenado, por iniciativa do Ministério Público ou da autoridade administrativa.

26. O juiz dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado pelas partes,

- (A) se seu filho estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- (B) se ele próprio tiver funcionado no processo como autoridade policial.
- (C) se seu cônjuge tiver funcionado como intérprete ou tradutor no mesmo processo.
- (D) se seu primo sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
- (E) se seu genitor for parte ou diretamente interessado no feito.

27. Pelo sistema vigente, não está legitimado(a) a recorrer no processo penal

- (A) qualquer pessoa, com relação à decisão que incluiu ou excluiu jurado na lista geral.
- (B) o procurador do réu.
- (C) o que prestou fiança em favor do acusado, na hipótese de ser decretada sua quebra ou perda.
- (D) qualquer pessoa, com relação à decisão absolutória referente aos crimes contra a economia popular e saúde pública.
- (E) a vítima, mesmo que não habilitada como assistente, nos processos do Júri.

28. Por força de mandamento legal, o ocupante de cargo de diretor de estabelecimento penal deverá ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou de

- (A) Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais.
- (B) Medicina, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais.
- (C) Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Administração, ou Serviços Sociais.
- (D) Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Administração.
- (E) Medicina, ou Psicologia, ou Administração, ou Serviços Sociais.

29. Nos processos referentes aos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o prazo para a denominada "defesa preliminar" será de

- (A) 10 (dez) dias.
- (B) 08 (oito) dias.
- (C) 05 (cinco) dias.
- (D) 02 (dois) dias.
- (E) 15 (quinze) dias

30. De acordo com o nosso sistema, a competência será determinada pela conexão intersubjetiva por simultaneidade

- (A) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- (B) se, ocorrendo duas ou mais infrações penais, houverem sido praticadas para facilitar ou ocultar as outras.
- (C) quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- (D) se, ocorrendo duas ou mais infrações penais, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas.
- (E) se, ocorrendo duas ou mais infrações penais, houverem sido praticadas para conseguir a impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.

31. Em face do mínimo da pena abstratamente cominada, não admite a suspensão condicional do processo o crime de

- (A) furto simples (art. 155 CP).
- (B) perigo de contágio de moléstia grave (art. 131 CP).
- (C) bigamia (art. 235 CP).
- (D) duplicata simulada (art. 172 CP).
- (E) extorsão indireta (art. 160 CP).

32. Agindo em co-autoria, pai e filho, de dezoito anos, cometem crime contra o patrimônio e são julgados e condenados. Em apelação interposta pelo filho, este consegue a diminuição da pena corporal aplicada, invocando apenas a atenuante da menoridade do agente. A decisão do Tribunal

- (A) deve ser estendida ao pai, diante do efeito extensivo da apelação.
- (B) não deve ser estendida ao pai, pois este não interpôs qualquer recurso.
- (C) deve ser estendida ao pai, pois os efeitos do recurso alcançam o co-réu, ainda que fundado em motivos de caráter exclusivamente pessoal.
- (D) deve ser estendida ao pai, diante do efeito regressivo da apelação.
- (E) não deve ser estendida ao pai, pois o recurso foi fundado em motivos de caráter exclusivamente pessoal.

33. Contra a decisão judicial que determina a revogação da reabilitação cabe

- (A) recurso de apelação.
- (B) recurso de ofício.
- (C) correição parcial.
- (D) recurso em sentido estrito.
- (E) recurso de agravo.

34. Uma vez concedida a desinternação condicional ou decretada a extinção da medida de segurança imposta ao sentenciado, o juiz determinará a expedição de ordem de soltura

- (A) após dois dias da publicação da sentença.
- (B) somente após o trânsito em julgado da sentença.
- (C) após três dias da publicação da sentença.
- (D) por ocasião da prolação da sentença.
- (E) a qualquer tempo, independentemente de eventual recurso.



35. Na hipótese de mutatio libelli, havendo possibilidade de nova definição jurídica que importe aplicação de pena mais grave, o juiz baixará os autos, a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia, no prazo de

- (A) 03 (três) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 05 (cinco) dias.
- (D) 08 (oito) dias.
- (E) 02 (dois) dias.

36. Assinale a alternativa que contém a proposição inteiramente incorreta.

- (A) Havendo mais de um réu, o tempo para acusação e defesa será, em relação a todos, elevado ao dobro.
- (B) Os jurados excluídos por impedimento ou suspeição serão computados para a constituição do número legal.
- (C) Durante o julgamento não será permitida a produção ou leitura de documento que não tiver sido comunicado à parte contrária, com antecedência, pelo menos, de três dias.
- (D) Mesmo durante a tréplica será permitida a reinquirição de testemunhas.
- (E) Antes de dar seu voto, o jurado poderá consultar os autos.

37. Em procedimento da competência do Juizado Especial Criminal, contendo a sentença obscuridade ou contradição, cabem embargos de declaração, que poderão ser opostos

- (A) por escrito ou oralmente, no prazo de dois dias, suspendendo-se o prazo para o recurso.
- (B) por escrito, no prazo de dois dias, suspendendo-se o prazo para o recurso.
- (C) por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, suspendendo-se o prazo para o recurso.
- (D) por escrito, no prazo de dois dias, não se suspendendo o prazo para o recurso.
- (E) por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, não se suspendendo o prazo para o recurso.

38. Pelo sistema processual penal vigente, inexistente previsão legal de recurso de ofício para as sentenças

- (A) de absolvição sumária.
- (B) concessivas de habeas corpus.
- (C) absolutórias referentes aos crimes contra a economia popular.
- (D) de impronúncia.
- (E) de reabilitação.

39. Tratando-se de recurso em sentido estrito, subirá nos próprios autos o recurso interposto contra a decisão que

- (A) concluir pela incompetência do juízo.
- (B) absolver o réu, nos casos do art. 411 do CPP.
- (C) julgar procedente a exceção de suspeição.
- (D) indeferir requerimento de prisão preventiva.
- (E) denegar a apelação ou a julgar deserta.

40. Ao assistente do Ministério Público não será permitido

- (A) aditar o libelo.
- (B) arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público.
- (C) requerer perguntas às testemunhas.
- (D) participar dos debates orais na sessão de julgamento do Tribunal do Júri.

(E) aditar a denúncia.

## DIREITO CIVIL

41. Decai do direito de ação para o interessado pleitear a exclusão do herdeiro ou provar a causa de sua deserdação em

(A) 2 anos, contado o prazo da abertura da sucessão.

(B) 4 anos, contado o prazo da abertura da sucessão.

(C) 2 anos, contado o prazo a partir do trânsito em julgado da decisão homologatória da partilha.

(D) 4 anos, contado o prazo a partir do trânsito em julgado da decisão homologatória da partilha.

(E) 3 anos, contado o prazo da data da apresentação das primeiras declarações prestadas no inventário.

42. Em relação ao grau de parentesco, considerando os mais próximos, tio, tio-avô e primo, estão nos seguintes graus, respectivamente:

(A) segundo, terceiro e primeiro.

(B) primeiro, segundo e terceiro.

(C) terceiro, quarto e quarto.

(D) quarto, quinto e quinto.

(E) terceiro, quarto e quinto.

43. Em qual ou quais hipótese(s) podem, o homem com mais de 60 anos e a mulher com mais de 50 anos, optar livremente pelo regime matrimonial de bens?

(A) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a três anos ininterruptos.

(B) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a cinco anos ininterruptos.

(C) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a oito anos ininterruptos.

(D) Se existiu concubinato entre ambos, por prazo superior a dez anos ininterruptos e/ou da união adveio prole.

(E) Desde que o filho do casal tenha mais de 10 anos.

44. Maria, brasileira, casou-se em Paris com Pierre, francês, tendo dele se divorciado nesta última cidade após um mês da boda. Não houve separação judicial do casal na França.

Questiona-se: o reconhecimento do seu divórcio no Brasil somente ocorrerá depois de

(A) um ano da data da sentença.

(B) dois anos da data da sentença.

(C) três anos da data da sentença.

(D) quatro anos da data da sentença.

(E) cinco anos da data da sentença.

45. O penhor de títulos de bolsa (ao portador) será averbado

(A) na Junta Comercial.

(B) na Bolsa de Valores.

(C) no Cartório de Registro Civil.

(D) no Cartório de Registro de Imóveis.

(E) no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

46. Entre outras causas, extingue-se o usufruto
- (A) pela morte do nu-proprietário, pelo termo de sua duração, pela cessação da causa de que se origina.
  - (B) pela consolidação, pela prescrição, pela morte do cônjuge do nu-proprietário.
  - (C) pelo termo de sua duração, pela prescrição, pela morte dos descendentes do nu-proprietário.
  - (D) pela morte do usufrutuário, pela prescrição, pela morte do nu-proprietário e seu cônjuge.
  - (E) pela morte do usufrutuário, pela consolidação, pela prescrição.
47. Gaia, brasileira, residente na capital paulista e Tício, italiano, que se encontra no Brasil com o visto de turista, pretendem contrair matrimônio. A habilitação para esse casamento civil, no Estado de São Paulo, deverá ser feita perante
- (A) o Juiz Federal do domicílio de Gaia.
  - (B) o Juiz de Direito do domicílio de Gaia.
  - (C) o Juiz de Paz do domicílio de Gaia.
  - (D) o Oficial do Registro de Títulos e Documentos do domicílio de Gaia.
  - (E) o Oficial do Registro Civil do domicílio de Gaia.
48. Simphronio casou-se com Gaia adotando o regime de comunhão universal de bens. Com a morte de seus genitores, ele renunciou à herança deixada por ambos, sem anuência da esposa. O ato praticado por Simphronio é
- (A) nulo.
  - (B) anulável.
  - (C) nulo e anulável.
  - (D) inexistente.
  - (E) juridicamente válido.
49. Podem escusar-se da tutela, entre outros,
- (A) as mulheres, os maiores de cinquenta anos e os impossibilitados por enfermidade grave.
  - (B) as mulheres casadas, com filhos, os maiores de sessenta anos e os impossibilitados por enfermidade gravíssima.
  - (C) os que já exercem a curatela, as mulheres separadas ou divorciadas com mais de dois filhos sob sua guarda, os que tiverem em seu poder mais de seis filhos.
  - (D) as mulheres, os que tiverem em seu poder mais de cinco filhos, os militares em serviço.
  - (E) os que habitarem longe do lugar onde se haja de exercer a tutela, os maiores de setenta anos, as mulheres casadas, com mais de cinco filhos.
50. O Ministério Público intervém na(s) seguinte(s) hipótese(s):
- (A) conversão da união estável em casamento.
  - (B) recusa de proceder ao registro de nascimento quando se tratar de nome possível de expor a pessoa ao ridículo.
  - (C) separação consensual, não tendo os separandos filhos menores.
  - (D) averbação de reconhecimento de filhos maiores.
  - (E) todas as alternativas estão corretas.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Qual o prazo para resposta na ação declaratória incidental?

- (A) 3 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 8 dias.
- (D) 10 dias.
- (E) 15 dias.

52. Ajuizada ação investigatória de paternidade cumulada com alimentos na comarca de Ourinhos (SP), foi decidido que o juízo competente é o da comarca de Ribeirão Claro (PR). O juiz desta última comarca declara-se incompetente, suscitando conflito. Questiona-se: qual o tribunal competente para decidir o conflito?

- (A) Tribunal de Justiça do Paraná, de vez que o juiz suscitante está a ele vinculado.
- (B) Tribunal de Justiça de São Paulo, de vez que o juiz suscitado está a ele vinculado.
- (C) Supremo Tribunal Federal.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Tribunal Regional Federal.

53. Proposta ação de prestação de contas contra o inventariante, qual o prazo legal para as apresentar ou contestar a ação?

- (A) 3 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 15 dias.
- (E) 20 dias.

54. Proposta a ação e verificando a incapacidade processual do autor ou a irregularidade de sua representação, o juiz

- (A) marcará o prazo de 5 dias para ser sanado o defeito.
- (B) marcará o prazo de 10 dias para ser sanado o defeito.
- (C) marcará o prazo de 15 dias para ser sanado o defeito.
- (D) marcará prazo razoável para ser sanado o defeito.
- (E) deve indeferir a inicial.

55. O Juizado Especial Cível tem competência para as causas cujo valor não exceda

- (A) a vinte vezes o salário mínimo.
- (B) a trinta vezes o salário mínimo.
- (C) a quarenta vezes o salário mínimo.
- (D) a cinquenta vezes o salário mínimo.
- (E) a cem vezes o salário mínimo.

56. O MM. Juiz de Direito da comarca de Palmeira d'Oeste-SP desacolheu pedido de justificação de tempo de serviço movido contra o INSS. Inconformada, a parte recorreu. Qual o Tribunal competente para apreciar o recurso?

- (A) Tribunal de Justiça de São Paulo.
- (B) I Tribunal de Alçada Cível.
- (C) II Tribunal de Alçada Cível.
- (D) Tribunal Regional do Trabalho.

(E) Tribunal Regional Federal.

57. Tício e Gaio figuram como litisconsortes passivos em procedimento cautelar. Cada qual constituiu o seu advogado. Pessoal e regularmente citados, qual o prazo para produzir resposta?

- (A) Cinco dias.
- (B) Dez dias.
- (C) Quinze dias.
- (D) Vinte dias.
- (E) Trinta dias.

58. Havendo litisconsortes com procuradores diferentes, conta-se em dobro o prazo para a oposição de embargos do devedor?

- (A) Conta-se em dobro, não obstante a natureza jurídica dos embargos do devedor.
- (B) Não pode ser contado em dobro, em face da natureza jurídica dos embargos do devedor.
- (C) O prazo é contado em dobro somente quando o embargante é incapaz.
- (D) O prazo para os embargos do devedor não é prazo para falar nos autos, razão por que não pode ser contado em dobro.
- (E) Os embargos do devedor são incontestável veículo de defesa do executado, podendo o prazo, portanto, ser contado em dobro.

59. Podem as partes convencionar sobre a suspensão do processo? Em caso positivo, qual o tempo máximo da suspensão?

- (A) Não há no nosso ordenamento jurídico a possibilidade da suspensão convencional do processo.
- (B) A suspensão do processo por convenção das partes não poderá exceder dois meses.
- (C) A suspensão do processo por convenção das partes não poderá exceder três meses.
- (D) A suspensão do processo por convenção das partes não poderá exceder seis meses.
- (E) A suspensão do processo por convenção das partes não poderá exceder um ano.

60. Intimado pessoalmente e não comparecendo o réu na audiência prévia de conciliação, designada em sede de separação judicial, o juiz

- (A) julgará antecipadamente a lide, reconhecendo os fatos articulados pela autora.
- (B) julgará antecipadamente a lide, extinguindo o processo sem julgamento de mérito, facultando à autora o direito de propor nova ação.
- (C) designará audiência de conciliação, instrução e julgamento.
- (D) abrirá o prazo para a resposta do réu.
- (E) determinará a citação do réu.

## DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

61. Indique a alternativa que abriga informação errônea a respeito do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.

(A) É o jurisdicional, combinando os critérios difuso e concentrado, este de competência do Supremo Tribunal Federal, e aquele por via de exceção, permitindo a qualquer interessado suscitar a questão de inconstitucionalidade em qualquer juízo.

(B) A ação direta de inconstitucionalidade interventiva pode ser federal, por proposta do Procurador-Geral da República e de competência do Supremo Tribunal Federal, ou estadual, por proposta do Procurador-Geral de Justiça do Estado, destinando-se a promover a intervenção federal em Estado ou do Estado em Município, conforme o caso.

(C) A ação direta de inconstitucionalidade genérica de competência do Supremo Tribunal Federal destina-se a obter a decretação de inconstitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo, federal ou estadual, com o precípua objetivo de expungir do ordenamento jurídico a incompatibilidade vertical, tratando-se, pois, de ação que visa, exclusivamente, à defesa do princípio da supremacia constitucional.

(D) A ação direta de inconstitucionalidade genérica de competência do Tribunal de Justiça em cada Estado destina-se à declaração de inconstitucionalidade, em tese, de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Federal ou Estadual, dependendo de previsão nesta última.

(E) A ação de inconstitucionalidade por omissão tem cabimento na hipótese em que o legislador deixe de criar lei necessária à eficácia e aplicabilidade de normas constitucionais, especialmente nos casos em que a lei seja requerida pela Constituição, ou no caso em que o administrador não adote as providências necessárias para tornar efetiva norma constitucional.

62. Aponte a alternativa em que se inclui norma constitucional de eficácia contida.

(A) "A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios" (art. 88).

(B) "Aos juízes federais compete processar e julgar... nos casos determinados por lei, os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira" (art. 109, VI).

(C) "Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei" (art. 5º, VIII).

(D) "A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juízes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede" (art. 107, parágrafo único).

(E) "proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da Lei", inserida no capítulo dos Direitos Sociais (art. 7º, XX).

63. O servidor titular de cargo efetivo, nos termos do regime de previdência que a Constituição Federal lhe assegura, pode aposentar-se voluntariamente, com direito a proventos integrais (correspondentes à totalidade da remuneração do cargo ocupado no momento da aposentadoria), desde que atenda às seguintes condições:

(A) 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público; 70 (setenta) anos de idade, se homem, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se mulher.

- (B) 5 (cinco) anos no cargo; 70 (setenta) anos de idade, se homem, e 65 (sessenta e cinco), se mulher.
- (C) 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher.
- (D) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher.
- (E) 10 (dez) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, 47 (quarenta e sete), se mulher.

64. Marque a alternativa que contém erro a respeito da arguição de descumprimento de preceito fundamental a que se refere o § 1o, do artigo 102, da Constituição Federal.

- (A) Admite-se o deferimento de medida liminar por decisão da maioria absoluta dos membros do S.T.F. ou, ainda, em casos de extrema urgência, perigo de lesão grave, ou período de recesso, por concessão do relator, "ad referendum" do Tribunal Pleno.
- (B) O rol dos legitimados à propositura circunscreve-se, exclusivamente, aos que podem, também, propor a ação declaratória de constitucionalidade.
- (C) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido é irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória.
- (D) Exige-se para a decisão o quorum de dois terços dos ministros.
- (E) O Ministério Público, caso não tenha sido o autor da formulação, terá vista do processo por cinco dias, após o decurso do prazo para informações.

65. Assinale a opção em que não há erro, no que se refere às conseqüências advindas do exercício de mandato eletivo por parte de servidor público.

- (A) Tratando-se de mandato de deputado federal, ficará afastado do cargo, emprego ou função.
- (B) Tratando-se de mandato de deputado estadual ou distrital, poderá optar entre afastar-se ou não.
- (C) Tratando-se de mandato de prefeito, o afastamento será obrigatório, vedada a faculdade de optar pelos vencimentos de servidor.
- (D) Tratando-se de mandato de vereador, não havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (E) Tratando-se de mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, aplicar-se-á a norma da alternativa "B".

66. Deve ser apontada a alternativa em que se inclui equívoco.

No procedimento da ação direta de inconstitucionalidade mostra-se admissível

- (A) a requisição de informações adicionais pelo relator.
- (B) a designação de perito ou de comissão de peritos para emissão de parecer sobre matéria ou situação fática que necessite de esclarecimento.
- (C) a realização de audiência pública para ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria não esclarecida.
- (D) a intervenção de terceiros.
- (E) a desistência da ação.

67. Os partidos políticos

- (A) são pessoas jurídicas de direito público interno; devem ter caráter nacional; seu patrimônio, bens e serviços, bem como os de suas fundações, não sofrem, por força de vedação constitucional, a instituição de impostos.
- (B) são pessoas jurídicas de direito público interno; devem ter caráter nacional; não podem subordinar-se a governo estrangeiro.
- (C) são pessoas jurídicas de direito privado; acham-se proibidos de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes, mas não têm direito à imunidade tributária.
- (D) são pessoas jurídicas de direito privado; devem ter caráter nacional; desfrutam de imunidade tributária; sujeitam-se à proibição de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
- (E) são pessoas jurídicas de direito público; não podem subordinar-se a entidade ou governo estrangeiros, mas deles podem receber recursos financeiros, sendo-lhes também assegurada imunidade tributária.

68. Caso o ato lesivo praticado por agente público, no exercício das funções, dê causa à instauração de persecução penal, constituirá causa impeditiva de sua responsabilização civil, em ação regressiva da Administração Pública,

- (A) a absolvição por insuficiência de provas.
- (B) a absolvição por ausência de culpabilidade penal.
- (C) a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva.
- (D) a absolvição por atipicidade penal.
- (E) a absolvição por negativa da autoria ou do fato.

69. A regra da responsabilidade objetiva do Estado pelos danos que seus agentes causem a terceiros (prevista no artigo 37, § 6o, da Constituição Federal), não se aplica

- (A) às empresas públicas e às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.
- (B) a quaisquer empresas públicas ou sociedades de economia mista, independentemente da atividade que constitua objeto de seu funcionamento.
- (C) às empresas públicas e às sociedades de economia mista dedicadas à exploração de atividade econômica.
- (D) às mencionadas na alternativa "B" e também aos concessionários de serviços públicos, pois tratando-se de pessoas jurídicas de direito privado, aplica-se a teoria da responsabilidade com culpa.
- (E) às mencionadas nas alternativas "B" e "D" e também aos permissionários de serviços públicos, pois como são pessoas jurídicas privadas, ao lesado incumbe o ônus da demonstração da culpa.

70. Qual dos meios interventivos do Estado na propriedade privada pode acarretar, à semelhança da desapropriação, a retirada do domínio sobre o bem pelo particular ?

- (A) A limitação administrativa.
- (B) A requisição.
- (C) A servidão administrativa.
- (D) A ocupação temporária.
- (E) O tombamento.



71. A impossibilidade de oneração dos bens públicos abrange  
(A) os bens de uso comum do povo, os bens de uso especial, os bens dominiais ou do patrimônio disponível e as rendas públicas.  
(B) apenas os primeiros, excluídos os demais.  
(C) apenas os de uso comum e os de uso especial, excluídos os demais.  
(D) os de uso comum e os dominiais, excluídos os demais.  
(E) os de uso comum do povo, os de uso especial e as rendas públicas, excluídos os dominiais ou do patrimônio disponível.

72. Com relação ao contrato de gerenciamento de obra pública, qual a opção incorreta?  
(A) A lei inclui o gerenciamento entre os serviços técnicos profissionais especializados, pelo que admite dispensa de licitação para o seu contrato, desde que com profissional ou empresa de notória especialização.  
(B) O gerenciador representa a entidade ou órgão que o contratou e, por consequência, passa a agir em seu nome.  
(C) O gerenciador não dispõe de poderes para firmar contratos com terceiros em nome da entidade que o contratou.  
(D) O gerenciador não dispõe de poderes para desfazer ajustes celebrados entre terceiros e o dono da obra ou empreendimento.  
(E) O gerenciador não dispõe de poderes para impor penalidades aos contratados inadimplentes.

73. Pertencem à espécie dos denominados atos administrativos enunciativos:  
(A) certidões, portariase circulares.  
(B) certidões, vistos e resoluções.  
(C) certidões, homologações e apostilas.  
(D) certidões, protocolos e avisos.  
(E) certidões, atestados e apostilas.

74. Marque a opção em que se inclui norma incompatível com o sistema da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis às condutas de improbidade administrativa.  
(A) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente sujeita-se às cominações da Lei até o limite do valor da herança.  
(B) Na fixação das penas previstas, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.  
(C) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei podem ser propostas no prazo de até cinco anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança, ou dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.  
(D) O agente público que sofra investigação por improbidade pode ser afastado do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, caso a medida se mostre necessária à instrução processual.  
(E) A aplicação das sanções previstas depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, mas independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

75. Aponte, dentre as opções a seguir alinhadas, todas pertinentes ao tema da concessão de serviço público, a que contém impropriedade em face da legislação regente (Lei nº 8.987, de 13/12/1995).

- (A) Os contratos celebrados entre a concessionária e terceiros, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, regem-se pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente.
- (B) A fiscalização exercida pelo órgão competente não exclui nem atenua a responsabilidade da concessionária pelos prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, na execução do serviço concedido.
- (C) A outorga de subconcessão condiciona-se aos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, sempre precedida de concorrência.
- (D) Nos contratos de financiamento, as concessionárias podem oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.
- (E) A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária, sem prévia anuência do poder concedente, acarreta a anulação da concessão.

76. Assinale, no rol das alternativas que se seguem, a que contém enunciado não compatível com o direito positivo que disciplina o mandado de segurança.

- (A) Não se permite renovar o pedido de mandado de segurança, ainda que a decisão denegatória não lhe tenha apreciado o mérito.
- (B) Admite-se, uma vez julgado procedente o pedido do impetrante, a transmissão do inteiro teor da sentença concessiva à autoridade coatora, mediante telefonema.
- (C) Sujeita-se a sentença concessiva ao duplo grau de jurisdição, permitindo-se, entretanto, a execução provisória.
- (D) Admite-se, em caso de urgência, a impetração por telegrama ou radiograma, permitida pelos mesmos meios a notificação à autoridade coatora.
- (E) Não se dá mandado de segurança, tratando-se de ato disciplinar, a não ser quando praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial.

77. Qual das proposições consubstancia poderes ou prerrogativas que a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) não outorga à Administração Pública como próprios do regime jurídico dos contratos administrativos ?

- (A) Modificação unilateral do avençado, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (B) Alteração unilateral das cláusulas econômico-financeiras e monetárias.
- (C) Fiscalização e acompanhamento da execução do objeto e aplicação de sanções fundadas em inexecução total ou parcial do ajuste.
- (D) Rescisão unilateral do pacto, independentemente de sentença judicial.
- (E) Ocupação provisória de bens imóveis vinculados ao objeto do contrato, com vistas a acautelar a apuração administrativa de faltas contratuais.

78. Ainda no tema do mandado de segurança, agora mais especificamente no que pertine à medida liminar, indique a proposição incorreta.

- (A) Sua concessão é proibida nas impetrações que visem ao pagamento de vencimentos ou vantagens pecuniárias bem como à concessão de aumento ou extensão de vantagem.
- (B) Sua concessão não é admitida para o fim de liberar mercadorias procedentes de país estrangeiro e apreendidas como contrabando.
- (C) Sua concessão é admitida nas impetrações que objetivem à reclassificação ou

equiparação de servidores públicos.

(D) Sua eficácia estende-se pelo prazo de noventa dias a contar da data da respectiva concessão, prorrogável por trinta dias desde que, provadamente, o acúmulo de processos pendentes de julgamento justifique a prorrogação.

(E) Sujeita-se a medida concedida à decretação de perempção ou caducidade, ex officio ou a requerimento do Ministério Público, se o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo, deixar de promover, por mais de três dias, os atos e diligências que lhe competirem, ou abandonar a causa por mais de vinte dias.

79. Assinale a afirmativa em que há erro, referentemente ao tema da ação popular.

(A) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido ou poderá atuar ao lado do autor, se assim parecer útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

(B) Ao Ministério Público se veda, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado, ou de seus autores.

(C) Ao beneficiário do ato lesivo, citado por edital, que ingressar no processo antes de proferida a sentença final, será restituído o prazo para contestação e produção de provas.

(D) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

(E) O prazo de contestação é de vinte dias, prorrogáveis por mais vinte a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.

80. Constitui traço distintivo entre a concessão e a permissão de serviços públicos:

(A) a obrigatoriedade de licitação apenas no tocante à primeira.

(B) a remuneração do serviço mediante tarifa paga pelo usuário, própria da primeira.

(C) a impossibilidade de ser a segunda formalizada mediante contrato.

(D) o nível de complexidade do serviço, extremamente mais elevado, próprio da primeira.

(E) a possibilidade de ser expressamente autorizada na primeira, por lei ou contrato, a promoção de desapropriação pelo concessionário.

81. Assinale a alternativa em que se escreve afirmação errônea no tocante à reversão de membro do Ministério Público à carreira.

(A) Pode ser concedida desde que o interessado não se encontre aposentado há mais de um ano.

(B) A aprovação do pedido correspondente é atribuição do Conselho Superior do Ministério Público.

(C) Dar-se-á na entrância em que se aposentou o membro do Ministério Público, em vaga a ser provida pelo critério de merecimento.

(D) Só pode ser concedida no caso de aposentadoria voluntária por tempo de serviço.

(E) Sua concessão tem caráter discricionário, ainda que atendidos pelo requerente os requisitos objetivos previstos na legislação própria.

82. Qual das afirmativas é falsa ?

(A) Arquivado o inquérito civil, nenhum dos co-legitimados poderá propor a ação civil pública ou coletiva que o promotor de justiça entendeu não devesse ajuizar.

(B) Arquivado o inquérito civil, qualquer dos co-legitimados poderá propor a ação civil pública ou coletiva.

(C) Poderão os co-legitimados propor a ação civil pública ou coletiva, ainda que não surjam

novas provas ou novos fundamentos.

(D) Poderão os co-legitimados propor a referida ação mesmo que se ache inconcluso o inquérito civil no qual se apuram os mesmos fatos.

(E) Poderão os co-legitimados propor a aludida ação mesmo enquanto o Conselho Superior do Ministério Público discute a homologação do arquivamento.

83. Com vistas à instrução de inquéritos civis, inclusive no que diz respeito à realização de perícias, ao Ministério Público é lícito requisitar o apoio especializado, em âmbito estadual,

(A) dos órgãos da administração direta.

(B) das universidades públicas.

(C) das citadas na alternativa precedente e das entidades de pesquisa técnica e científica oficiais ou subvencionadas pelo Estado.

(D) das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

(E) de todos os órgãos e entidades citados nas demais alternativas.

84. A arguição de suspeição contra promotor de justiça que presida inquérito civil

(A) poderá ser apresentada exclusivamente pelo investigado e, uma vez recusada pelo argüido, sua apresentação não terá efeito suspensivo, para não prejudicar o andamento das investigações.

(B) poderá ser apresentada pelo investigado ou por qualquer dos co-legitimados à ação civil pública ou coletiva e, recusada pelo argüido, sua apresentação operará efeito suspensivo caso tenha sido feita pelo primeiro.

(C) poderá ser apresentada pelo investigado, por qualquer dos co-legitimados à ação civil pública ou coletiva ou, ainda, por qualquer interessado; recusada pelo argüido, sua apresentação não terá efeito suspensivo para não prejudicar o andamento das investigações.

(D) poderá ser apresentada exclusivamente pelo investigado e, em caso de recusa, decidirá o argüido se lhe atribui ou não efeito suspensivo.

(E) poderá ser apresentada apenas pelo investigado; recusada pelo argüido, passará automaticamente a operar efeito suspensivo das investigações.

85. Afigurando-se necessária a apuração de causas de contaminação da água distribuída à população de cidade em que seja morador o promotor de justiça com atribuição para o inquérito civil e para a ação civil pública correspondentes, é correto dizer-se que

(A) não há impedimento para atuar, porque o interesse que se configura é difuso e sua abrangência o aproxima do interesse público e impessoal de toda a coletividade.

(B) há impedimento para atuar porque se inclui entre os atingidos pelo dano efetivo ou potencial.

(C) há impedimento para atuar, visto possuir interesse pessoal na questão.

(D) há impedimento para atuar porque o interesse que se configura é individual homogêneo.

(E) há impedimento para atuar na ação civil pública, mas não no inquérito civil porque a este não se aplicam as normas que regem as hipóteses de suspeição e impedimento.

86. Após a remessa do inquérito civil ou das peças de informação pelo órgão de execução ao Conselho Superior, e antes que este se pronuncie pela homologação ou rejeição do arquivamento,

(A) podem as associações legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, mas a juntada sujeita-se a prévio despacho de deferimento, orientado por critério discricionário do Presidente do órgão colegiado revisor.

(B) podem as associações legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que

serão juntados aos autos do inquérito ou anexados às peças de informação.

(C) não podem as associações apresentar razões escritas ou documentos, porque essa faculdade ficou perempta a partir da promoção do arquivamento.

(D) podem apresentar as razões e os documentos desde que o façam até 3 (três) dias antes da data designada para a sessão de julgamento do Conselho Superior.

(E) podem apresentar as razões escritas ou documentos até 10 (dez) dias antes da data designada para a sessão referida na alternativa "D".

87. "Do indeferimento da representação formulada para instauração de inquérito civil caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que o representante tomar ciência da decisão, facultando-se ao membro do Ministério Público, no prazo de cinco dias, a reconsideração da decisão".

Esta afirmativa

(A) mostra-se inteiramente irreal porque o despacho de indeferimento é irrecorrível.

(B) mostra-se inteiramente correta em todos os aspectos nela disciplinados.

(C) mostra impropriedade apenas no tocante ao prazo de interposição do recurso, que é de cinco dias.

(D) mostra-se correta, menos no que se refere à reconsideração pelo promotor de justiça, visto que tal possibilidade não lhe é reconhecida pela lei.

(E) mostra impropriedade tão só no prazo para reconsideração do promotor, que também é de 10 dias.

88. Em caso de rejeição do arquivamento do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público, por ter prevalecido o entendimento de que os elementos apurados comportam imediata propositura da ação civil pública,

(A) a designação do membro da Instituição que promoverá a ação pertence ao Procurador-Geral de Justiça, e o designado, agindo por delegação do Chefe da Instituição, deverá propô-la.

(B) a designação do membro da Instituição pertence ao Procurador-Geral de Justiça, e o designado, agindo por delegação do colegiado, deverá propô-la.

(C) a escolha do membro da Instituição que promoverá a ação tanto pode ser do Conselho Superior do Ministério Público quanto do Procurador-Geral de Justiça, visto que ambos são órgãos da Administração Superior, prevalecendo quanto à propositura ou não o juízo do escolhido, em face do princípio da independência funcional.

(D) a escolha do membro da Instituição que promoverá a ação é do próprio colegiado, cabendo ao Procurador-Geral de Justiça a expedição da portaria de designação, que poderá recair ou não sobre o substituto automático, vedado ao escolhido abster-se da propositura, visto agir por delegação do Conselho Superior.

(E) a escolha e a expedição do ato formal de designação pertencem ao Procurador-Geral de Justiça, pois exaurem-se as atribuições do colegiado no juízo de homologação ou rejeição do arquivamento, obrigando-se o designado à propositura porque age por delegação do Chefe da Instituição.

89. Qual das alternativas contém afirmativa incorreta a respeito do compromisso de ajustamento?

(A) Exige testemunhas instrumentárias.

(B) Tem eficácia de título executivo extrajudicial.

(C) Na parte em que comine sanção pecuniária, permite execução por quantia líquida em caso de descumprimento da obrigação de fazer.

(D) Ainda que disponha apenas sobre obrigação de fazer, pode ser executado independentemente de prévia ação de conhecimento.

(E) Não pode ser tomado pelas pessoas jurídicas de direito privado legitimadas à propositura da ação civil pública.

90. O compromisso de ajustamento é lavrado em autos de inquérito civil quando tomado

(A) pelo Ministério Público e pelas associações constituídas há, pelo menos, um ano.

(B) por qualquer dos legitimados à propositura da ação civil pública.

(C) pelo Ministério Público e demais órgãos públicos legitimados.

(D) pelo Ministério Público, exclusivamente.

(E) pelo Ministério Público e pelas associações que incluam entre suas finalidades institucionais, a proteção ao interesse de que se cuida.

## **DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**

91. No Estado de São Paulo, a adoção por estrangeiro deve, entre outras condições, ser precedida de

(A) prova da residência do estrangeiro no Brasil.

(B) estágio de convivência de, pelo menos, 6 (seis) meses.

(C) período de guarda pelos adotantes de, pelo menos, 3 (três) meses.

(D) obtenção de certificado de habilitação fornecido pela CEJAI.

(E) comprovação de os adotantes não terem filhos naturais.

92. Concedida pelo Ministério Público a remissão, deverá

(A) ser o menor entregue ao adotante estrangeiro.

(B) haver a destituição do pátrio poder.

(C) ser o menor infrator privado de sua liberdade.

(D) ser o menor entregue à família substituta.

(E) haver homologação pelo Juiz ou remessa dos autos à Procuradoria Geral de Justiça.

93. A internação de adolescente, antes da sentença, pode ser determinada

(A) em decisão judicial fundamentada e pelo prazo máximo de 45 dias.

(B) em qualquer hipótese de ato infracional.

(C) quando requerida pelo Ministério Público.

(D) por decisão do Conselho Tutelar.

(E) pela autoridade policial.

## **DIREITO COMERCIAL**

94. Warrant é

(A) título de crédito emitido pelo exportador.

(B) conhecimento de transporte marítimo.

(C) comprovante aduaneiro de mercadoria importada.

(D) documento que acompanha a mercadoria exportada.

(E) título emitido pelos armazéns gerais.

95. O portador de duplicata, que lhe foi transmitida por endosso, para ter direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas, deverá

- (A) demonstrar a insolvência do sacado.
- (B) ajuizar ação de execução no prazo de 6 (seis) meses.
- (C) comprovar a entrega das mercadorias.
- (D) tirar o protesto do título dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu vencimento.
- (E) remeter a duplicata para aceite dentro do prazo legal.

96. A assembléia geral das sociedades por ações poderá considerar dispensada a publicação dos anúncios necessários à sua convocação quando

- (A) a urgência da matéria a ser tratada justificar sua realização.
- (B) houver o comparecimento da totalidade dos acionistas.
- (C) estiverem presentes mais de 50% (cinquenta por cento) dos acionistas.
- (D) houver o comparecimento do acionista controlador.
- (E) seu objeto for o requerimento de concordata preventiva ou autofalência da companhia.

97. A instituição financeira "A" celebrou com a empresa "B" contrato de financiamento de veículos com alienação fiduciária. Tendo sido decretada a falência da empresa "B", os veículos foram arrecadados pelo síndico. O procedimento correto da credora será

- (A) ajuizar ação de execução para receber seu crédito.
- (B) ajuizar pedido de restituição dos bens alienados fiduciariamente.
- (C) ajuizar ação de busca e apreensão dos bens alienados fiduciariamente.
- (D) aguardar o encerramento da falência para recuperar os bens.
- (E) ajuizar ação revocatória para reclamar os bens.

98. Da sentença que decreta a falência, deve ser interposto(a)

- (A) apelação com efeito suspensivo.
- (B) apelação com efeito apenas devolutivo.
- (C) mandado de segurança.
- (D) recurso especial.
- (E) agravo de instrumento.

99. O "right of stoppage in transitu" na falência é

- (A) direito do vendedor de reter mercadorias no curso da "continuação de negócios" do falido.
- (B) direito do vendedor, tomando ciência da falência do comprador, de obstar a entrega das mercadorias, quando não houver prova de sua revenda, sem fraude, pelo falido.
- (C) direito do síndico de reter mercadorias remetidas ao falido.
- (D) direito do falido de cancelar a compra antes da entrega das mercadorias.
- (E) direito do comprador de não receber mercadorias que lhe foram remetidas pelo falido antes da quebra.

100. O credor omitido na relação de credores apresentada pelo concordatário deverá

- (A) apresentar impugnação de crédito.
- (B) protestar seu título e requerer a falência do devedor.
- (C) apresentar declaração de crédito.
- (D) ajuizar ação de execução contra o devedor.
- (E) ajuizar ação ordinária contra o devedor.

## GABARITO

01.C	11.A	21.D	31.X	41.B	51.E	61.D	71.A	81.D	91.D
02.D	12.E	22.E	32.E	42.C	52.D	62.C	72.B	82.A	92.E
03.C	13.A	23.C	33.A	43.D	53.B	63.C	73.E	83.E	93.A
04.B	14.D	24.B	34.B	44.A	54.D	64.B	74.E	84.C	94.E
05.C	15.E	25.B	35.A	45.E	55.C	65.A	75.E	85.A	95.D
06.A	16.D	26.A	36.A	46.E	56.E	66.D	76.A	86.B	96.B
07.D	17.B	27.D	37.C	47.E	57.B	67.D	77.B	87.B	97.B
08.A	18.E	28.A	38.D	48.B	58.D	68.E	78.C	88.D	98.E
09.B	19.B	29.E	39.B	49.D	59.D	69.C	79.C	89.A	99.B
10.D	20.A	30.D	40.E	50.E	60.E	70.B	80.E	90.D	100.C

**X** – Questão anulada



## Prova Escrita (2º Fase)

### DISSERTAÇÃO

Pena: conceito, fundamento e funções. Discorrer criticamente sobre seu caráter retributivo e utilitário (prevenção geral e especial). Principais aspectos da pena privativa de liberdade no direito brasileiro.

### QUESTÃO PRÁTICA

João da Silva foi processado perante a 1ª Vara Criminal da Capital (Processo nº 001/2000), sendo finalmente condenado à pena de 01 (um) ano e 02 (meses) de reclusão, a ser cumprida no regime aberto em caso de revogação do ((GRIFO))sursis concedido, bem como ao pagamento de 11 (onze) dias-multa, por infringir, duas vezes, o artigo 155, "caput", c/c. artigo 71, "caput", ambos do Código Penal, porque, na noite do dia 02 de janeiro do corrente, por volta das 21:30 horas, após ingressar na garagem de um prédio situado na Rua 01, nº 100, nesta Capital, subtraiu para si um rádio toca-fitas (avaliado em R\$ 180,00), que estava instalado no veículo marca Fiat, placas FIA-0001, pertencente a Paulo de Souza. Em seguida, aproveitando-se das condições de tempo e lugar, através de uma passagem, adentrou em um estacionamento localizado no nº 104 da referida rua, e subtraiu para si outro rádio toca-fitas, do mesmo valor, que estava instalado no veículo marca Volkswagen, placas VOL-0001, de propriedade de José Teixeira. Depois de sair do local, foi preso em flagrante por policiais militares que passavam pelo local e em seu poder foi apreendido todo o produto do crime. Posteriormente, na Delegacia de Polícia, os toca-fitas foram devolvidos aos seus legítimos proprietários. Dentro do prazo legal, através de seu defensor, tempestivamente recorreu. No recurso, argüiu duas preliminares, visando, em ambas, a nulidade do processo. Na primeira, aduziu que o feito estava nulo porque não lhe foi ofertada a suspensão condicional do processo prevista no artigo 89 da Lei nº 9.099/95, pois, sendo primário e portador de bons antecedentes (conforme certidões juntadas aos autos), os crimes que lhe foram imputados, em face da pena mínima a eles cominadas, ensejavam a concessão do benefício. Na segunda preambular, entendeu estar nulo o processo por vício de citação, já que, estando preso, ao invés de ter sido expedido o mandado de citação, foi apenas requisitada sua apresentação em juízo para o interrogatório, no qual negou ter praticado os delitos a ele imputados. No mérito, como tese principal, postulou somente a concessão do privilégio previsto no artigo 155, § 2º, do Código Penal, com aplicação apenas de sanção pecuniária, alegando a ausência de prejuízo para as vítimas, uma vez que as coisas subtraídas foram integralmente restituídas. Alternativamente, pugnou pela substituição da pena corporal por duas restritivas de direitos, eis que preenchidos os requisitos legais para tanto.

QUESTÃO: Na qualidade de representante do Ministério Público e, atuando como Promotor de Justiça do feito, elaborar a peça cabível.

## PERGUNTAS

1)- Do ponto de vista do vínculo imposto ao legislador: a)- quais categorias de reserva de lei podem ser distinguidas na Constituição Brasileira? Explique-as sucintamente; b)- esclareça se nos artigos 84, VI e 153, § 1º., do texto constitucional, podem ser divisadas tais categorias, ou alguma delas.

2)- As situações constantes dos enunciados abaixo enumerados são, como se sabe, potencialmente aptas a provocar a alteração ou a rescisão do contrato administrativo, tratando-as alguns autores sob o título genérico de causas justificadoras de inexecução contratual. Isto posto, solicita-se do ilustre candidato o que segue: a)- classifique (apenas classifique, sem comentar) cada uma das situações exemplificadas, segundo lhe pareçam configurar fato do príncipe, fato da administração, força maior, caso fortuito, ou interferências imprevistas; b)- após, diferencie sucintamente fato do príncipe e fato da administração; c)- em seguida, esclareça, ainda sucintamente, qual o fundamental traço que diferencia as ((GRIFO))interferências imprevistas, também chamadas ((GRIFO))fatos imprevistos, das demais causas justificadoras de inexecução.

Enunciado nº 1

Sucessivas interrupções do fornecimento contínuo contratado, todas por determinação formal do Poder Público contratante, alcançando os vários períodos de suspensão prazo superior a 6 (seis) meses.

Enunciado nº 2

Edição de norma de caráter geral, por autoridade de órgão integrante da mesma entidade que celebrou o contrato, dificultando e tornando mais onerosa para o contratado a importação de matéria-prima necessária ao cumprimento do ajuste.

Enunciado nº 3

Atraso, por tempo superior a 120 (cento e vinte) dias, dos pagamentos devidos pelo Poder Público em decorrência de parcela medida de serviços já executados pelo contratado e recebidos pelo contratante.

Enunciado nº 4

Encontro de camadas rochosas, em terreno indicado como arenoso pela Administração Pública contratante, impossibilitando à empresa contratada a realização da obra segundo o cronograma de execução contratualmente estabelecido.

Enunciado nº 5

Omissão do Município contratante, no cumprimento do encargo contratual de desobstruir as vias de acesso às pedreiras de sua propriedade, de onde a empreiteira contratada deveria retirar matéria-prima necessária à obra pública, inviabilizando, por consequência, o início de execução.

3)- Pode ser requerida a EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO por ter ocorrido a prescrição? Se possível quais são os prazos prescricionais e como devem ser contados? Ela poderá ser requerida antes da sentença de encerramento da falência? Nessa hipótese como será computado o prazo prescricional?

4)- Qual é o rito processual da ação de usucapião móvel?

5)- Diferencie a caducidade da nulidade do testamento.